

Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.

CNPJ: 21.552.886/0001-56

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração.....	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Delfina A Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Luciano Alves de Oliveira	Diretor de Construção
Thiago de Oliveira Mundim	Diretor de Operação e Manutenção
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contadora Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Delfina A Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Delfina A Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	49.622	44.222
Títulos e valores mobiliários	4	12.326	-
Contas a receber de clientes	5	10.649	4.695
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		105	-
Outros tributos compensáveis		557	557
Outros créditos		3.105	7.735
Total do ativo circulante		76.364	57.209
<u>Ativo não circulante</u>			
Depósitos vinculados	13	66	64
Cauções e depósitos	6	23.486	27.565
Imobilizado	7	541.680	560.503
Intangível	8	14.945	14.923
Total do ativo não circulante		580.177	603.055
Total do ativo		656.541	660.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	59.859	60.365
Empréstimos e financiamentos	10	19.309	18.962
Obrigações por arrendamentos		127	100
Salários, provisões e encargos sociais		183	201
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1.535
Outras obrigações fiscais		508	191
Encargos setoriais		74	45
Ressarcimento mercado regulado	11	42.939	34.342
Dividendos a pagar	14	273	-
Outras obrigações		8.984	6.006
Total do passivo circulante		132.256	121.747
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	10	189.153	203.349
Obrigações por arrendamentos		5.273	6.627
Ressarcimento mercado regulado	11	4.780	4.844
Provisão para desmantelamento	12	1.213	723
Provisões para processos judiciais	13	276	262
Total do passivo não circulante		200.695	215.805
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	14	284.062	284.062
Reserva legal		3.505	3.447
Reservas de lucros		36.023	35.203
Total do patrimônio líquido		323.590	322.712
Total do passivo e do patrimônio líquido		656.541	660.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	2023	2022
Receita líquida	15	65.424	60.466
Custo do serviço	16	(43.482)	(43.665)
Lucro bruto		21.942	16.801
Despesas operacionais	16		
Despesas gerais e administrativas		(4.251)	(3.104)
Outras receitas operacionais		-	4.820
Total (despesas) receitas operacionais		(4.251)	1.716
Resultado do serviço		17.691	18.517
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		9.742	6.951
Despesas financeiras		(20.538)	(22.442)
Total do resultado financeiro		(10.796)	(15.491)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.895	3.026
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(5.744)	(5.502)
		(5.744)	(5.502)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.151	(2.476)
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	14	0,004	(0,009)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.151	(2.476)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>1.151</u>	<u>(2.476)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	284.062	3.447	37.679	-	325.188
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.476)	(2.476)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(2.476)	2.476	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	284.062	3.447	35.203	-	322.712
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.151	1.151
Reserva legal	-	58	-	(58)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(273)	(273)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	820	(820)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	284.062	3.505	36.023	-	323.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.151	(2.476)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	16.576	17.791
Depreciação e amortização	22.801	23.033
Atualização financeira - desmantelamento	90	119
Juros e variações monetárias	2.169	1.694
Encargos financeiros sobre arrendamento	997	792
Custo da Transação	131	131
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.744	5.502
Provisões para processos judiciais e outros riscos	31	31
<u>Redução (aumento) dos ativos:</u>		
Contas a receber de clientes	(5.954)	3.211
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(105)	-
Outros tributos compensáveis	-	(1)
Depósitos vinculados	(2)	(1)
Cauções e depósitos	4.079	(2.076)
Outros créditos	4.630	(6.756)
<u>Aumento (redução) dos passivos:</u>		
Fornecedores	(506)	4.111
Salários, provisões e encargos sociais	(18)	(55)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(746)	(487)
Outras obrigações fiscais	317	124
Encargos setoriais	29	1
Ressarcimento mercado regulado	8.533	11.794
Outras obrigações	2.978	3.052
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.533)	(3.748)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos	(16.631)	(17.782)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(17)	(1)
Pagamentos de juros de arrendamento	(913)	(749)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	38.831	37.254
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições para imobilizado e intangível	(4.919)	(2.445)
Títulos e valores mobiliários	(12.326)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(17.245)	(2.445)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.371	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(18.465)	(18.254)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(92)	(252)
Pagamento de dividendos	-	(2.599)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(16.186)	(21.105)
Varição no caixa líquido da Companhia	5.400	13.704
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	44.222	30.518
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	49.622	44.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Delfina A Eólica S.A. ("Companhia"), controlada pela Enel Brasil S.A., foi constituída em 11 de dezembro de 2014, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial eólico de 84 MW no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, com contrato vigente até 8 de maio de 2050, que foi objeto do Leilão nº 08/2014-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 14 de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 8 – Intangível;
- Nota 12 – Provisão para desmantelamento;
- Nota 13 – Provisões para processos judiciais; e
- Nota 20 – Instrumentos financeiros

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (nota explicativa nº 18). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	3.322	46
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	46.300	37.350
Operações compromissadas	-	6.826
Total	49.622	44.222

As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



caixa. Os CDBs foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 99,07% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2022). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos em operações compromissadas tinham taxa de remuneração em média a 80% do CDI (não houve operações em 2023)..

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos são classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2023	31.12.2022
Fundos de investimentos exclusivos		-
Títulos públicos	12.326	-
Total	12.326	-

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento exclusivos, administrados por *Asset* de primeira linha, no qual a Companhia é uma das 44 cotistas e apresenta 4,52% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2023. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2023 os fundos apresentaram uma rentabilidade média de 93,92% no ano. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos mais de 90 dias	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
	Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	6.947	-	6.947
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	274	-	274	1.005
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	-	67	67	631
Contas a receber - partes relacionadas (nota 19)	1.573	1.931	3.504	1.931
	8.794	1.998	10.792	4.838
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(143)	-	(143)	(143)
Total	8.651	1.998	10.649	4.695

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (ACR, Ressarcimento e MCP), em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

6. Cauções e depósitos

	31.12.2023	31.12.2022
Conta centralizadora	4.162	8.205
Conta reserva O&M	2.272	2.053
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES	17.052	17.307
Total	23.486	27.565

O saldo de R\$ 23.486 (R\$ 27.565, em 31 de dezembro de 2022), é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos destacados abaixo:

- **Conta centralizadora:** conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES;
- **Conta reserva de O&M:** conta corrente composta por aportes equivalentes a 25% do valor anual dos pagamentos dos contratos de O&M;
- **Conta reserva do serviço da dívida do BNDES:** conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de (i) 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja igual ou superior a 1,20 ou (ii) 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja inferior a 1,20.

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de fevereiro de 2035, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Com a apuração do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) abaixo de 1,20 no ano de 2022 e 2021, o saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES foi mantida em 6x o valor do serviço da dívida em 2023 e 2022.

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 12).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Depreciação / amortização	Baixa	Desmantelamento	Transferência	31.12.2023
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	100.759	-	-	-	400	-	101.159
Máquinas e equipamentos	502.314	-	-	-	-	3.012	505.326
Veículos	137	-	-	-	-	74	211
Móveis e utensílios	14	-	-	-	-	-	14
Linhas de transmissão	54.753	-	-	-	-	-	54.753
	657.977	-	-	-	400	3.086	661.463
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(15.345)	-	(3.367)	-	-	-	(18.712)
Máquinas e equipamentos	(83.928)	-	(16.804)	-	-	-	(100.732)
Veículos	(48)	-	(21)	-	-	-	(69)
Móveis e utensílios	(3)	-	(1)	-	-	-	(4)
Linhas de transmissão	(9.027)	-	(1.824)	-	-	-	(10.851)
	(108.351)	-	(22.017)	-	-	-	(130.368)
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	4.644	4.297	-	-	-	(3.086)	5.855
	4.644	4.297	-	-	-	(3.086)	5.855
Total do imobilizado	554.270	4.297	(22.017)	-	400	-	536.950
Ativo de direito de uso							
Terrenos	6.233	-	(184)	(1.319)	-	-	4.730
	6.233	-	(184)	(1.319)	-	-	4.730
Total	560.503	4.297	(22.201)	(1.319)	400	-	541.680

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	101.342	-	-	(512)	(71)	100.759
Máquinas e equipamentos	500.127	-	-	-	2.187	502.314
Veículos	137	-	-	-	-	137
Móveis e utensílios	14	-	-	-	-	14
Linhas de transmissão	54.753	-	-	-	-	54.753
	656.373	-	-	(512)	2.116	657.977
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(11.960)	-	(3.385)	-	-	(15.345)
Máquinas e equipamentos	(66.979)	-	(17.025)	-	76	(83.928)
Veículos	(28)	-	(20)	-	-	(48)
Móveis e utensílios	(2)	-	(1)	-	-	(3)
Linhas de transmissão	(7.247)	-	(1.780)	-	-	(9.027)
	(86.216)	-	(22.211)	-	76	(108.351)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	4.421	2.415	-	-	(2.192)	4.644
	4.421	2.415	-	-	(2.192)	4.644
Total do imobilizado	574.578	2.415	(22.211)	(512)	-	554.270
Ativo de direito de uso						
Terrenos	6.348	110	(225)	-	-	6.233
	6.348	110	(225)	-	-	6.233
Total	580.926	2.525	(22.436)	(512)	-	560.503

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	20,00%
Linhas de transmissão	3,33%
Móveis e utensílios	6,67%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2023.

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Terrenos	26,00

8. Intangível

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica de origem eólica, durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023				31.12.2022	
	Em serviço		Em curso		Total	Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo		
Direito de uso da concessão	17.873	(3.575)	14.298	-	14.298	14.894
Software	-	-	-	590	590	-
Custo incremental	63	(6)	57	-	57	29
Total	17.936	(3.581)	14.355	590	14.945	14.923

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



31.12.2022					
Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional					
BNDDES	18.210	752	18.962	203.349	222.311
Total	18.210	752	18.962	203.349	222.311

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.815	219.916	238.731
Encargos provisionados	17.791	-	17.791
Encargos pagos	(17.782)	-	(17.782)
Variação monetária	1.694	-	1.694
Transferências	16.567	(16.567)	-
Amortizações	(18.254)	-	(18.254)
Custo de transação	131	-	131
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.962	203.349	222.311
Captações	2.371	-	2.371
Encargos provisionados	16.576	-	16.576
Encargos pagos	(16.631)	-	(16.631)
Variação monetária	2.169	-	2.169
Transferências	14.196	(14.196)	-
Amortizações	(18.465)	-	(18.465)
Custo de transação	131	-	131
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.309	189.153	208.462

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2023
BNDDES	2.361	06/10/23	15/02/35	IPCA+4,79% aa	SAC	Mensal	2.361	Capex	2.365
									2.365

Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no período findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2023
BNDDES	279.160	25/10/19	15/02/35	TJLP+1,86% aa	SAC	Mensal	279.160	Capex	206.097
									206.097

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
18.605	18.605	18.605	18.605	18.606	96.127	189.153

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Fiança bancária;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Penhor de máquinas e equipamentos; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Índice de cobertura do serviço da dívida

Contrato	Descrição da cláusula restritiva	Índice mínimo requerido	Periodicidade de apuração do índice
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual

1. Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos, excluindo-se a despesa de imposto de renda e contribuição social decorrentes das receitas financeiras;
2. Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizadas no ano de referência das operações de empréstimos, financiamentos, exceto ao referente ao subcrédito social do contrato com o BNDES;
3. EBITDA do ano de referência refere-se ao (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por *impairment* / reversões de perdas anteriores; (+/-) prejuízo/lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o ICSD não atendeu as condições do índice mínimo requerido.

O contrato de financiamento determina a apuração do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) para fins de ajuste do montante mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES. Em função do não atingimento do índice mínimo requerido pelo contrato, na Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES foi mantido o valor mínimo equivalente a 6x o valor da última prestação do serviço da dívida, conforme explicitado nas definições das contas, na nota explicativa nº 6.

11. Ressarcimento mercado regulado

Em 2023, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 42.939 (R\$ 34.342, em 2022) e não circulante de R\$ 4.780 (R\$ 4.844, em 2022), referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

12. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 10,41% (12,42% em 31 de dezembro de 2022), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas:

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	723	1.116
Revisão da estimativa	400	(512)
Atualização financeira	90	119
Saldo do final do exercício	1.213	723

13. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

13.1 Contingência com risco provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2023
Trabalhistas	-	23	-	2	-	25
Cíveis	262	11	(20)	15	(17)	251
Total	262	34	(20)	17	(17)	276

	31.12.2021	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2022
Cíveis	232	1	30	(1)	262
Total	232	1	30	(1)	262

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Cíveis:

Pelo Cíveis fundiário, há a existência de cinco ações constitutivas de servidão administrativa em que se discutem os valores devidos a título de indenização pelas benfeitorias impactadas quando da construção do parque eólico e nos imóveis por ele afetados. Além dos processos citados acima, existem processos cíveis, decorrentes de ações indenizatórias ajuizadas por ex-fornecedores, bem como ações de ressarcimento em geral, e por fim ações que envolvem temas regulatórios.

13.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	2.259	73
Cíveis	338	-
Total	2.597	73

Trabalhistas:

Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros. O aumento do montante durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 se deve aos processos que pleiteiam a condenação da empresa ao pagamento de horas extras e indenizações, decorrentes do desligamento de empregados próprios.

Cíveis:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente a processos relacionados a reintegração de posse e servidão administrativa.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social é de R\$ 284.062, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A	284.062.483	100,00%	284.062.483	100,00%
Total	284.062.483	100,00%	284.062.483	100,00%

14.2 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

14.3 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressaltada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.

14.4 Dividendos

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 se encontra detalhada abaixo:

	Efeito não caixa		
	31.12.2022	Dividendos mínimos	31.12.2023
Dividendos a pagar	-	273	273

	Efeito caixa		
	31.12.2021	Dividendos pagos	31.12.2022
Dividendos a pagar	2.599	(2.599)	-

14.5 Distribuição de resultado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.151	(2.476)
Absorção de prejuízos acumulados	-	2.476
(-) Reserva legal	(58)	-
Lucro (prejuízo) ajustado	1.093	-
Dividendo mínimo obrigatório	(273)	-
Reserva para reforço de capital de giro	(820)	-
	-	-

14.6 Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.151	(2.476)
Número de ações	284.062.483	284.062.483
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	0,004	(0,009)

15. Receita líquida

Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece para o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Suprimento de energia elétrica	67.029	63.327
Outras receitas - partes relacionadas (nota 16)	1.573	-
	68.602	63.327
Deduções da receita		
ICMS	(299)	-
Cofins	(2.104)	(2.095)
Pis	(456)	(454)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(319)	(312)
	(3.178)	(2.861)
Total	65.424	60.466

16. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	31.12.2023			31.12.2022			
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal	(1.304)	(3)	(1.307)	(1.068)	(22)	-	(1.090)
Provisão de processos judiciais e outros	-	(14)	(14)	-	(1)	-	(1)
Material	(529)	(75)	(604)	(81)	(43)	-	(124)
Serviços de terceiros	(13.625)	(104)	(13.729)	(14.152)	(75)	-	(14.227)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 19)	-	(3.161)	(3.161)	-	(2.752)	-	(2.752)
Energia elétrica comprada para revenda	(17)	-	(17)	(5)	-	-	(5)
Encargos de uso de rede elétrica	(4.674)	-	(4.674)	(4.360)	-	-	(4.360)
Depreciação e amortização	(22.801)	-	(22.801)	(23.034)	-	-	(23.034)
Aluguéis e arrendamentos	(17)	-	(17)	-	-	-	-
(-) Capitalização dos custos de pessoal	303	-	303	232	-	-	232
Transporte de potência de energia	(15)	-	(15)	(33)	-	-	(33)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 19)	(12)	-	(12)	(47)	-	-	(47)
Seguros	(791)	-	(791)	(1.117)	-	-	(1.117)
Indenização lucros cessantes	-	-	-	-	-	1.553	1.553
Indenização de danos materiais	-	-	-	-	-	3.267	3.267
Outras receitas (despesas)	-	(894)	(894)	-	(211)	-	(211)
Total	(43.482)	(4.251)	(47.733)	(43.665)	(3.104)	4.820	(41.949)

17. Resultado financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicação financeira	9.149	5.531
Juros e atualização monetária	-	6
Variação cambial realizada	562	1.413
Atualização de créditos tributários	29	-
Atualização de depósitos judiciais	2	1
	9.742	6.951
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(131)	(131)
Encargos de dívidas	(18.745)	(19.485)
Atualização de impostos e multas	(288)	(28)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(17)	(30)
Garantias e fianças	(8)	(702)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(103)	(85)
Atualização financeira desmantelamento	(90)	(119)
Juros em arrendamento	(997)	(792)
Outras despesas financeiras	(159)	(1.070)
	(20.538)	(22.442)
Total	(10.796)	(15.491)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
Receita de suprimento de energia elétrica	68.572	65.026
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	5.486	5.202
Rendimento de aplicações financeiras	9.149	5.531
Variação cambial realizada	-	3
Outra receitas operacionais	1.573	4.820
Outras receitas financeiras	31	8
Total base de cálculo	16.239	15.564
Alíquota do imposto de renda (15%)	(2.436)	(2.335)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(1.600)	(1.532)
Total do imposto de renda	(4.036)	(3.867)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	8.229	7.803
Rendimento de aplicações financeiras	9.149	5.531
Variação cambial realizada	-	3
Outras receitas operacionais	1.573	4.820
Outras receitas financeiras	31	8
Total base de calculo	18.982	18.165
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.708)	(1.635)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.744)	(5.502)

19. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

19.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(47.986)	(44.101)	(3.161)	(2.752)
Dividendos	Indeterminado	(273)	-	-	-
Total		(48.259)	(44.101)	(3.161)	(2.752)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

Em 2023 e 2022, a Companhia não realizou pagamentos para partes relacionadas, no que se refere ao contrato de fruição de utilidades comuns, embora tenha havido reconhecimento de obrigações relativas a este contrato. Outros pagamentos realizados para partes relacionadas se referem aos encargos de uso da rede para a Enel Cien S.A., integrante do SIN – Sistema Interligado Nacional.

19.2 Empresas em controle em comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns		1.070	768	-	-
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A		3	3	-	-
Enel Green Power Ventos de Santa Angela Acl 1		16	16	-	-
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança C		138	138	-	-
Socibe Energia S.A		-	(3)	-	-
Enel power do Brasil Ltda		(80)	(80)	-	-
Enel Green Power Horizonte Mp Solar S.A.		114	115	-	-
Enel Green Power Ituverava Solar		(1.213)	(1.213)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3		790	790	-	-
Enel Green Power Cristal Eolica S.A.		13	13	-	-
Enel Green Power Emiliana Eolica S.A.		(7)	(7)	-	-
Enel Green Power Manicoba Eolica S.A.		196	196	-	-
Enel Green Power Salto Apiacas S.A.	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(176)	(176)	-	-
Enel Green Power Morro Do Chapeau I Eolica		259	259	-	-
Enel Green Power Zeus Ii-Delfina Viii		196	196	-	-
Enel Green Power Ventos Santa Angela 02		73	73	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A.		(4)	(4)	-	-
Enel Green Power Delfina B Eolica S.A.		(4)	(4)	-	-
Enel Green Power Modelo I Eolica S.A.		(11)	(11)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo Ii 08		50	50	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 14		464	417	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 LTDA		256	-	-	-
Socibe Energia SA		(3)	-	-	-
Suporte Operacional		(11.220)	(11.782)	-	-
Enel Green Power S.P.A	De janeiro de 2018 até o término dos serviços	(11.220)	(11.782)	-	-
Transmissão de energia (*)		(4)	(4)	(12)	(47)
Enel Cien S.A	Até março de 2023	(4)	(4)	(12)	(47)
Compra e venda de material de estoque		1.573	-	1.573	-
EGP Desenvolvimento Ltda		1.573	-	1.573	-
Total		(8.581)	(11.018)	1.561	(47)

(*) Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023. Até essa data, as transações da Companhia com a Enel CIEN, foram consideradas como transações entre partes relacionadas.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2023 e 2022.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2023		31.12.2022		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	49.622	49.622	44.222	44.222
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	12.326	12.326	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	10.649	10.649	4.695	4.695
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	23.486	23.486	27.565	27.565
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	66	66	64	64
			96.149	96.149	76.546	76.546
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	59.859	59.859	60.365	60.365
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	208.462	192.260	222.311	149.106
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	5.400	5.400	6.727	6.727
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	273	273	-	-
			273.994	257.792	289.403	216.198
Total			370.143	353.941	365.949	292.744

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



20.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

20.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (IPCA e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2023 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	218	244	(26)	270	52
TJLP	16.778	19.904	3.126	22.987	6.209
Total	16.996	20.148	3.100	23.257	6.261

20.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

20.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da *Holding* do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

20.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

20.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	208.462	222.311
Dívida	208.462	222.311
Caixa e equivalentes de caixa	(49.622)	(44.222)
Títulos e valores mobiliários	(12.326)	-
Dívida líquida	146.514	178.089
Patrimônio líquido	323.590	322.712
Índice de endividamento líquido	31%	36%

21. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/23	31/10/24	637.137	5.330.451
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	N/A	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	11/10/23	11/10/24	N/A	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	N/A	106.609

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.